

## Regressar às origens



**António Domingues Azevedo**

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Continua na ordem do dia o debate sobre o que pode o país e os portugueses esperar no “day after” da conclusão oficial do programa de assistência financeira. Com medidas mais ou menos severas, o que parece evidente é que a austeridade está para durar. Igual expectativa reside no trabalho que aguarda a recém empossada comissão para a denominada «reforma do IRS». Conheço a grande maioria dos integrantes deste grupo de tra-

balho e posso dizer que são pessoas competentes e idóneas. Nesse ponto, nada a apontar. Aliás, são de louvar todos os esforços de mudança que têm sido protagonizados pela secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais. As reservas que tenho prendem-se com o facto de se pretender avançar com um objetivo desfasado da realidade e dificilmente concretizável. Passo a explicar. Alterar em quatro meses uma reforma que demorou quatro anos a amadurecer e a executar parece-me uma missão impossível. Perante isto, admito seriamente que as conclusões da comissão não passem de mera cosmética. Se, pelo menos, não for lançado o debate sobre o diluir da dimensão humana que se verificou no IRS nos últimos anos e a regressão a que temos vindo a assistir no âmbito da tributação sobre os rendimentos do trabalho, então entendo que o trabalho da comissão será em vão. Regressar às

origens, ou seja, a 1989, seria o grande mérito do grupo de trabalho, da mesma forma que dotar o sistema e os códigos da estabilidade que tem faltado, com centenas de alterações nas leis tributárias que a todos confundem. É neste contexto que considero que um eventual alívio fiscal, urgente, nas atuais condições, acaba por ser secundário. A justiça fiscal devia ser a pedra de toque desta denominada comissão de reforma. As tentações de simplificar também se me afiguram perigosas, porque procurar igualizar o que é necessariamente diferente, pode redundar em erros de palmatória e cavar ainda mais o fosso da injustiça tributária. Não regatearia aplausos caso a principal conclusão do relatório a sair desta comissão fosse: os impostos não são números, são realidades objetivas.

O Instituto Nacional de Estatística confirmou nos últimos dias o que salta à vista de forma dramática. A taxa de risco de pobreza em Portugal aumentou em 2012 para 18,7 por cento, ou seja, afeta quase dois milhões de portugueses. Esta é a taxa mais elevada desde 2005, ano em que o risco de pobreza atingia 19% da população portuguesa. Os menores de 18 anos, as famílias com filhos a seu cargo e os desempregados são os mais afetados.

É esta a radiografia da degradação das condições de vida para milhares e milhares de famílias. É esta a prova inequívoca que esta austeridade, cega e impiedosa, não funciona. É esta a constatação que o País não vai morrer da doença, leia-se, da bancarrota, que declaramos em 2011, mas provavelmente ficará em estado comatoso durante muitos anos, devido à cura infligida.■

**O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico**